

A universidade já entrou nessa discussão. A Polícia já entrou nisso. As Forças Armadas vão entrar nisso. Peguei agora um material do Instituto Interamericano de San José da Costa Rica que aborda exatamente isso. É questão de tempo. Todo mundo vai ter que ter seu controle externo, aliás, questão que não abordei: controle externo. O que acontece é que as Forças Armadas têm um problema complicadíssimo, em nível interno, que é a relação do oficialato com os praças, que vai de sargento para baixo. É um problema mal resolvido porque eles não adaptaram ainda a estrutura das Forças Armadas à Constituição, ao estado de direito. A idéia dos militares darem “pitaco” em tudo vem desde a Proclamação da República, então eles se acham salvadores da pátria.

Revista Adusp - É verdade que os membros do Ministério Público Militar ensaiaram lhe dar voz de prisão ali mesmo, na saída?

RM - Eu soube disso depois. Fiquei sabendo que se retiraram porque sentiram que vários crimes estavam acontecendo. Retiraram-se e pensaram em me dar voz de prisão.

Revista Adusp - Como foi o depoimento?

RM - Foi tudo muito rápido. Eu estava organizando uma viagem para comemorar as bodas de prata do meu casamento, quando chegou o aviso. Eu disse, no depoimento: “Prestes, como vocês sabem, é tríplice-coroadado”, que é o cara que tirou primeiro lugar em todos os graus do Colégio Militar, desde criança. Pouquíssimos conseguiram. Perguntaram-me se os presentes na palestra sabiam o que eu ia dizer, se me pe-



“Muitos desses caras foram criados achando que civil é cidadão de segunda categoria. A idéia dos militares darem pitaco em tudo vem desde a Proclamação da República, então eles se acham salvadores da pátria”

diram aquele discurso. Perguntaram também se eu não queria me retratar. Se sim, o problema ficaria para os outros processados. Mas eles mexeram com a pessoa errada. Eu vou acabar sendo quem vai complicar. Internamente, estão dando um arrocho, para os 13 militares abrirem. Em termos táticos, para as Forças Armadas, seria melhor eu cair fora. Aí, eles pegariam toda essa galera de sargentos, porque, me diga uma coisa, com quarenta e poucos anos, você quer ser expulso do Exército? Não. Lá, no depoimento, os caras só faltavam ajoelhar e pedir perdão... A primeira coisa que um deles disse foi que tinha abandonado a Associação. O cara entrava, quatro caras na frente e todo mundo pedindo desculpa.

Revista Adusp - O sr. viu isso?

RM - Eu não vi porque estava lá fora. Dois, além de mim, foram ouvidos neste dia.

Revista Adusp - Os militares enquadrados estavam na palestra?

RM - Não necessariamente. Perguntei a um deles: “Você também estava lá?” Ele respondeu que não, mas que é da Associação. Eles querem pegar a Associação.

Revista Adusp - Um editorial da *Revista Adusp* afirmava que “a Ditadura, embora dada por morta, recusa-se a ser enterrada”, pois “sobrevive na mentalidade da cúpula das Forças Armadas, que não hesitam em se colocar acima da sociedade, ignorando decisões judiciais, resistindo ao poder civil e insistindo em manter sob tutela parte do Estado brasileiro”. O que o sr. acha?

RM - Que é isso. A discussão é essa.

Revista Adusp - Então não houve transição?

RM - Precisa ser completada. É que há alguns entulhos aí. Da mesma forma que se fez o novo Código Civil, terão que ser feitos outros códigos.

Revista Adusp - A Justiça Militar deveria ser extinta?

RM - Vou começar a ler sobre isso, ainda não tenho posição. Agora, civil é para civil e militar para militar.

Revista Adusp - A ong Justiça Global, à época, se manifestou a seu favor.

RM - Algumas organizações vão entrar como *amicus curiae*: Justiça Global, DH Nacional etc... Querem ser ouvidas no processo.

REGISTRO

COTAS SEGUNDO KABENGELE MUNANGA

Daniel Garcia



No Sarau da Adusp realizado em 18 de junho foi lançada a edição 47 da *Revista Adusp* e realizou-se um interessante debate sobre as políticas de cotas raciais no Brasil e em outros países — e sobre por que razão a USP não as adota. O expositor convidado foi o professor Kabengele Munanga (foto), do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Kabengele respondeu a todas as indagações e questionamentos. Vale a pena registrar, aqui, as passagens mais marcantes de suas respostas no debate.

Cotas cruzadas. “Eu sempre defendi como ponto de partida a escola pública. Apesar de os negros terem uma pequena classe média, eu não vejo porque meus filhos vão se aproveitar de políticas de cotas porque são negros, quando tem pessoas nas periferias mais pobres do que eles. Então o corte para mim sempre foi cruzar o critério da escola pública com o critério étnico”.

Busca da diversidade. “A questão da demanda da igualdade tem que passar pelo reconhecimento da diferença. Até a diferença cultural. É por isso que as grandes universidades americanas acham que tem que ensinar a diversidade mesmo. Eles mudaram a estratégia. No Estados Unidos não se fala mais de ‘política de cotas’, mas sim de ‘política de busca da diversidade’. Eles desviaram o foco do debate. Já que a cota é uma palavra maldita, ação afirmativa é uma palavra maldita, então a busca da diversidade. Ela é importante numa sociedade, porque é uma riqueza, nós vamos preservar isso. Não vamos ter simplesmente uma universidade com os homens que encarnam a humanidade sem mulheres, então queremos uma universidade com homens, com mulheres, com índios, com negros etc. Então esse é o foco que os americanos estão defendendo hoje: em vez de falar de cotas, de ação afirmativa, falam de políticas da diversidade”.

Estratégia do silêncio. “Há um silêncio na universidade. O silêncio faz parte da estratégia. Só pode mudar se a universidade inteira se mobilizar. Quer dizer, a pressão dos alunos negros, brancos da escola pública, os professores entrarem





Fotos: Daniel Garcia

no debate, os departamentos, as faculdades, os próprios conselhos da universidade. As universidades que entraram nas cotas fizeram isso. Mas aqui há uma estratégia de não escutar nada. O Educafro invade a Faculdade de Direito e ninguém escreve uma palavra, no dia seguinte acabou. Quando o pessoal do Núcleo da Consciência Negra queimou pneus lá na Reitoria, fazendo pichações para reclamar cotas, a gente tentou discutir, mas também se abafou isso. Faz parte da estratégia da USP e da imprensa brasileira”.

Imprensa conivente. “Há uma certa cumplicidade da imprensa brasileira de [não] discutir a questão racial em pé de igualdade. Não estou dizendo que a imprensa deve estar a favor das cotas, mas eles poderiam oferecer o mesmo espaço para as pessoas que defendem as cotas e as pessoas que são contra

elas. Há uma desigualdade muito grande. Cada vez que há um pequeno espaço, o que você vê é o Demétrio [Magnoli], ou minha colega Yvonne Maggie, que estão lá para falar contra cotas. Quando tentam mudar, de vez em quando, botam quatro pessoas contra cotas, [e] a quinta pessoa, que é a favor, fala mal português e não tem nenhuma formação, nem argumentos para defender, enfraquece já o debate. Isso faz parte de uma estratégia. Então a imprensa brasileira para mim é conivente”.

“Quando o Demétrio publicou aquele artigo no *Estado [de S. Paulo]*, me acusando de ícone da cristalização do racismo no Brasil, [dizendo] que quero suprimir os mestiços no Brasil, eu mandei uma resposta e o *Estado* não publicou, simplesmente ignorou. Isso coincidiu com o fim da Lei de Imprensa, então eles já tinham motivo para dizer que não são mais obrigados”.

Questão indígena. “A questão não se coloca apenas para os negros, [mas] para os povos indígenas também. Os primeiros índios que fizeram curso de medicina fizeram em Cuba, em Havana. Saíram daqui para fazer medicina em Cuba. Esse índios, pelo vestibular, não teriam entrado num curso de medicina aqui. Então eles também precisam de cotas. As universidades conscientes definiram porcentagens de acordo com a população indígena nos Estados”.

Sarau de 18/6/2010: debate sobre cotas atraiu público diversificado

